



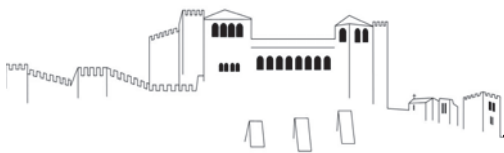
Serviço responsável pela execução da deliberação | Divisão de Aprovisionamento e Património

**Epígrafe | 3.3.3. Concurso Público Internacional n.º 08/2015 - Prestação de serviços para acompanhamento do fornecimento de refeições escolares e atividades de animação e apoio à família (AAAF) do pré-escolar - Autorização da modificação objetiva do contrato**

Deliberação | Presente a exposição da sociedade Intelac Recursos Humanos, Lda., no seguimento da notificação da autorização para a realização de serviços a mais e prestação da correspondente caução (registo 51415/2015, NIPG 24486/15).

Considerando que:

- i) A deliberação da Câmara Municipal de 29.09.2015, na qual, no seguimento de uma proposta da DIJEB:
  - a) Autorizou a realização de serviços a mais, nos termos do previsto no artigo 454.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para o programa do Jardim de Infância da Barreira, no montante diário de 16,034€, num total de 3.735,922€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (valor total para 2015 – 1.378,924€ + IVA e valor total para 2016 – 2.356,998€ + IVA) e conforme alteração ao Anexo B do Caderno de Encargos, apenso à referida deliberação e que dela passou a fazer parte integrante (Anexo D);
  - b) Autorizou a notificação da decisão de autorização da realização de serviços a mais ao adjudicatário, fixando-lhe o prazo de 10 dias, para prestação da caução exigida nos termos do artigo 88.º do CCP, conforme Cláusula 18.º do Programa de Concurso e artigos 89.º e 90.º do CCP;
- ii) Em 01.10.2015, foi a sociedade Intelac Recursos Humanos, Lda. notificada da decisão de autorização da realização dos serviços a mais, fixando-lhe um prazo de 10 dias para prestar a caução exigida (ofício n.º 49399/15);
- iii) Em 09.10.2015 a referida sociedade veio invocar não haver lugar à prestação da caução adicional, em virtude de não estarem a ser efetuados serviços em dois estabelecimentos de ensino incluídos no contrato (JI de Marrazes 2 e JI de Outeiro da Gândara), consubstanciando-se tal em serviços a menos, num total de 19.832,49€ (registo 51415/2015), tendo contudo prestado a caução exigida;
- iv) A informação da DIJEB que deu origem à deliberação de 29.09.2015 não mencionava o facto de haver suprimimento de serviços previstos no contrato;
- v) Em 14.10.2015, DIJEB veio confirmar que, em virtude do reordenamento da rede do pré-escolar no território de Marrazes, não há lugar à prestação de serviços no Jardim de Infância de Marrazes 2 e no Jardim de Infância de Outeiro;
- vi) A 1 de setembro de 2015, foi outorgado o contrato n.º 76/2015 entre Município de Leiria e a sociedade Intelac Recursos Humanos, Lda., no valor de 198.639,65 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- vii) O valor da redução dos serviços importam em 19.832,49€ (conforme proposta adjudicada - Anexo \_\_), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- viii) Se encontram reunidos os requisitos para a autorização da modificação objetiva do contrato, porquanto:



Divisão Jurídica e Administrativa (DIJA)

- a) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 311.º do CCP, o contrato pode ser modificado com os fundamentos previstos no artigo 312.º do mesmo diploma legal, por acordo entre as partes que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
- b) Se entende estarem reunidos os fundamentos previstos na alínea a) do artigo 312.º do CCP, uma vez que “está em causa uma alteração que não era previsível aquando da preparação do procedimento concursal em causa, dando agora lugar a uma nova ponderação das circunstâncias existentes”;
- c) Se encontra salvaguarda a observância dos limites à modificação do contrato previstos no artigo 313.º do CCP, na medida em que a modificação não conduz a uma alteração das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato, nem configura uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência, sendo que em fase de formação do contrato tal alteração não modificaria a ordenação das propostas avaliadas se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação, conforme demonstrado no mapa que se anexa (Anexo \_\_\_\_).

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal, enquanto órgão competente para a decisão de contratar, autorize a modificação do contrato celebrado, ao abrigo dos artigos n.º 311 e n.º 312, estando garantidos os limites previstos no artigo 313.º, todos do Código dos Contratos Públicos, **suprimindo da listagem de estabelecimentos de ensino objeto da prestação de serviços o Jardim de Infância de Marrazes 2 e o Jardim de Infância de Outeiro da Gândara e aprove a minuta de adenda ao contrato abaixo transcrita:**

**“MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO N.º 76/2015**

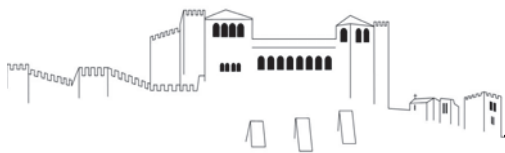
Entre:

**RAUL MIGUEL DE CASTRO**, casado, licenciado em Ciências do Estado, natural do concelho de Abrantes, residente na freguesia de Reguengo do Fétal, concelho da Batalha, portador do Cartão de Cidadão número 00561884, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do Município de Leiria, pessoa coletiva de direito público número 505181266, no uso da competência própria que lhe é conferida pela alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 9 de janeiro, como Primeiro Outorgante;

Ou

**GONÇALO NUNO BÉRTOLO GORDALINA LOPES**, casado, licenciado em Economia, natural do concelho de Leiria, residente na freguesia de Marrazes, concelho da Leiria, portador do Cartão do Cidadão número 10501747, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal e em representação do Município de Leiria, pessoa coletiva de direito público número 505181266, no uso da competência que lhe é atribuída pelo n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, conjugado com a alínea f) do n.º 2 artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 9 de janeiro, como Primeiro Outorgante;

e



Divisão Jurídica e Administrativa (DIJA)

**DANIEL DOS SANTOS DE SACADURA CABRAL**, solteiro, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, concelho de Lisboa, portador do Bilhete de Identidade número 7201127, residente na Rua Costa Pinto, n.º 337, 2765-407 Monte Estoril, contribuinte número 119917750, na qualidade de gerente, conforme certidão permanente que se arquivou no maço de documentos relativo a este contrato, intervém em nome e representação da entidade denominada Intelac - Recursos Humanos, Lda., com o capital social de € 110.000,00 euros e cujos documentos se encontram depositados na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – 2ª Seção, com sede em Pátio do Seabra, Lote 12, 4.º Esq. – 1300-021 Lisboa, pessoa coletiva número 504578294, como Segundo Outorgante,

Tendo em conta:

- a) A decisão de modificação objetiva do contrato por deliberação de \_\_/\_\_/\_\_, da Câmara Municipal de Leiria, relativa ao procedimento por Concurso Público Internacional n.º 08/2015 - Prestação de serviços para acompanhamento do fornecimento de refeições escolares e atividades de animação e apoio à família (AAAF) do pré-escolar;
- b) O subsequente ato de aprovação da minuta de adenda ao contrato n.º 76/2015, por deliberação de \_\_/\_\_/\_\_, da Câmara Municipal de Leiria.

Considerando que:

- A despesa inerente ao contrato se encontra satisfeita pela classificação orgânica e económica 02/020220, plano 2012/A/329, compromisso número 1953/2015, autorizado em 30/07/2015;
- O segundo outorgante aceitou modificar o contrato, nos termos propostos;

É celebrada a presente adenda ao contrato, passando as cláusulas 1.ª e 2.ª a ter a seguinte redação:

**Cláusula 1.ª | Objeto do contrato**

O Segundo Outorgante obriga-se a prestar ao Primeiro Outorgante Contratação de Serviços de Dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família do Pré-Escolar (AAF) e de Acompanhamento do Fornecimento de Refeições Escolares, nos termos definidos na Parte II - Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, *suprimindo da listagem de estabelecimentos de ensino objeto da prestação de serviços o Jardim de Infância de Marrazes 2 e o Jardim de Infância de Outeiro, conforme 2.ª alteração ao Anexo B, apensa à presente adenda e que dela passa a fazer parte integrante.*

**Cláusula 2.ª | Preço Contratual**

Pelos serviços previstos na cláusula anterior, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante os serviços efetivamente realizados, de acordo com a lista de preços unitários, até ao valor de **€178.807,16**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A presente adenda produz efeitos retroativos à data de assinatura do contrato e foi escrita em \_\_\_\_ página(s), rubricada(s) pelos mencionados outorgantes, com exceção da última folha que pelos mesmos vai ser assinada:

Leiria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O SEGUNDO OUTORGANTE”



---

Divisão Jurídica e Administrativa (DIJA)

---

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto e concordando com exposição do adjudicatário, confirmada pela Divisão de Educação e Juventude (DIJEB) e o teor da informação prestada pela Divisão de Aprovisionamento e Património (DIAP), **deliberou por unanimidade:**

- a) Autorizar a modificação do contrato celebrado, ao abrigo dos artigos n.º 311 e n.º 312, estando garantidos os limites previstos no artigo 313.º, todos do Código dos Contratos Públicos, suprimindo da listagem de estabelecimentos de ensino objeto da prestação de serviços o Jardim de Infância de Marrazes 2 e o Jardim de Infância de Outeiro;
- b) Aprovar a minuta de adenda ao Contrato n.º 76/2015, acima transcrita, nos termos do artigo 98.º do CCP;
- c) Autorizar a restituição do valor da caução no montante de 5% do valor correspondente aos serviços suprimidos;
- d) Autorizar o **estorno da verba correspondente ao valor dos serviços não prestados**, no montante de 19.832,49€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- e) Proceder à notificação da decisão de modificação do contrato e da respetiva minuta da Adenda ao Contrato 76/2015 ao adjudicatário, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CCP, sendo que se considera aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*

O Presidente da Câmara Municipal

Raul Castro

A Secretária da reunião

Sandra Almeida Reis